

Alexandre Henry Alves

Graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia, com aprovação em 1^o lugar no vestibular. Graduado em Comunicação Social (habilitação em Publicidade e Propaganda) pela Universidade de São Paulo, também com aprovação em 1^o lugar no vestibular. Especialista em Direito Tributário pelo IBET – Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Especialista em Direito Público pela Faculdade Católica de Uberlândia. Mestre em Direitos Humanos pela Universidad Pablo de Olavide (Sevilha – Espanha). Exerceu os cargos de Analista Tributário da Receita Federal (1985-2003), Procurador da Fazenda Nacional (2003-2007) e Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 5^a Região (2007). Desde junho de 2007, é Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 1^a Região.

REGIME JURÍDICO DA MAGISTRATURA

2^a edição
2014



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
 CEP 05413-909
 PABX: (11) 3613 3000
 SAC: 0800 011 7875
 De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
 Acesso: www.editorasaraiva.com.br/contato

Diretor editorial Luiz Roberto Curia
Gerente editorial Thais de Camargo Rodrigues
Editor Roberto Navarro
Assistente editorial Iris Lopes de Mello Dias Ferrão
Produtora editorial Clarissa Baraschi Maria
Preparação de originais Ana Cristina Garcia
 Maria Izabel Barreiras Bitencourt Bresson
 Bianca Miyuki Nakazato
Projeto gráfico Isabela Agrelo Teles Veras
Arte e diagramação Jessica Siqueira
Revisão de provas Ana Beatriz Fraga Moreira
 Alziro Muniz
 Rita de Cassia Sarrocha Pereira
Serviços editoriais Camilo Artali Loureiro
 Elaine Cristina da Silva
Capa Raney Camelo
Produção gráfica Mari Rompim
Impressão Assahi Gráfica
Acabamento Assahi Gráfica

ISBN 978-85-02-22103-1

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Aves, Alexandre Henry
Regime jurídico da magistratura / Alexandre Henry Aves.
 2. ed. — São Paulo : Saraiva, 2014.

1. Magistratura - Leis e legislação - Brasil 2. Poder judiciário - Brasil I. Título.

14-02030

CDU-347.962(81)(094)

Índices para catálogo sistemático:

- Brasil : Lei Orgânica da Magistratura :
 Direito 347.962(81)(094)
- Lei Orgânica da Magistratura : Brasil :
 Direito 347.962(81)(094)

Data de fechamento da edição: 28-2-2014

Dúvidas?
 Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.
 A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

134.510.002 001

964806

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	9
Siglas e Abreviaturas.....	11
Normas sobre Organização Judiciária.....	15
Prefácio.....	31
Nota à 2ª edição.....	35

Capítulo I

Estrutura do Poder Judiciário brasileiro

1. Notas introdutórias.....	37
1.1. Poder Judiciário e Magistratura.....	37
1.2. A importância do estudo da Constituição Federal.....	37
1.3. A Lei Orgânica da Magistratura Nacional.....	39
1.4. Nomenclatura dos membros do Poder Judiciário.....	42
2. Estrutura do Poder Judiciário.....	43
2.1. Introdução.....	43
2.2. Supremo Tribunal Federal.....	45
2.2.1. História.....	45
2.2.2. Estrutura e composição.....	49
2.2.3. A competência para julgar as ações de interesse de toda a Magistratura.....	54
2.3. Conselho Nacional de Justiça.....	55
2.3.1. O controle do Poder Judiciário fora do âmbito dos tribunais.....	55
2.3.2. Estrutura.....	57
2.3.3. Competência.....	60
2.3.4. Controle dos atos do CNJ.....	65
2.4. Superior Tribunal de Justiça.....	67
2.4.1. Composição.....	67
2.4.2. Conselho da Justiça Federal.....	71
2.4.2.1. Composição e competência.....	71
2.4.2.2. Corregedoria-Geral da Justiça Federal.....	73

2.4.2.3. Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais	74
2.4.2.4. Centro de Estudos Judiciários	75
2.4.3. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados ..	75
2.5. Justiça Federal	76
2.5.1. História e estrutura	76
2.5.2. A Lei n. 5.010/66	79
2.5.3. Estrutura e composição	81
2.5.4. Câmaras Regionais.....	83
2.5.5. Justiça itinerante.....	83
2.6. Justiça do Trabalho	84
2.6.1. História	84
2.6.2. Estrutura e composição	86
2.7. Justiça Eleitoral	87
2.7.1. História	87
2.7.2. Estrutura e composição	89
2.8. Justiça Militar.....	94
2.8.1. Introdução.....	94
2.8.2. Justiça Militar da União.....	96
2.8.3. Justiça Militar Estadual	100
2.9. Justiça Estadual.....	101
2.9.1. O caráter residual da Justiça Estadual.....	101
2.9.2. Organização: comarcas, varas, entrância, instância e outros termos .	101
2.9.3. Justiça itinerante e câmaras regionais	105
2.10. Justiça de Paz	106
2.11. Juizados especiais	108
2.11.1. Introdução.....	108
2.11.2. Turmas Recursais	109
2.11.3. Conciliadores e juizes leigos.....	110
2.12. Tribunal do Júri.....	115

Capítulo II

Ingresso nas carreiras da Magistratura

1. Introdução	119
2. Cargo inicial: juiz substituto.....	120

3. Concurso público para a Magistratura	123
3.1. A previsão constitucional	123
3.2. A banca examinadora	123
3.3. As vagas ofertadas	125
3.4. Formato do concurso.....	128
3.4.1. As normas do CNJ e os editais.....	128
3.4.2. Instituição especializada executora	131
3.4.3. A inscrição preliminar	131
3.4.4. A inscrição preliminar para pessoas com deficiência.....	134
3.4.5. A prova objetiva seletiva.....	134
3.4.6. Segunda etapa: as provas discursivas	136
3.4.7. A inscrição definitiva.....	139
3.4.8. Entrevista com o candidato.....	141
3.4.9. A prova oral	142
3.4.10. Avaliação dos títulos.....	143
3.4.11. Curso de formação como fase do concurso	143
3.4.12. Resultado final.....	145
3.5. Requisitos para o ingresso na carreira.....	145
3.5.1. O bacharelado em Direito.....	145
3.5.2. A atividade jurídica	146
3.5.3. Limite de idade	161
3.5.4. Aptidão física	163
3.5.5. Aptidão psíquica	163
3.5.6. Aptidão moral e social	165
4. Formas diversas de provimento dos cargos de carreira	168

Capítulo III

Ingresso nos cargos isolados da Magistratura

1. Introdução	171
2. Quinto constitucional.....	173
3. Justiça Eleitoral.....	179
4. Justiça Militar da União	184

Capítulo IV

Vitalicamento, remoção e progressão na carreira

1. Vitalicamento	187
------------------------	-----

1.1. Cursos de formação e aperfeiçoamento	187
1.2. Critérios para avaliação do estágio	189
1.3. Suspensão do estágio	193
1.4. Julgamento do estágio	195
1.5. Impugnação do vitaliciamento	198
1.6. Aproveitamento de estágio em outro cargo	200
2. Remoção voluntária	201
2.1. Introdução.....	201
2.2. Questões gerais sobre a remoção	202
2.2.1. Precedência da promoção por antiguidade sobre a remoção.....	202
2.2.2. Remoção e movimentação na mesma localidade	204
2.2.3. Remoção interna nos tribunais.....	205
2.2.4. Remoção para entrância inferior	205
2.2.5. Remoção entre tribunais	206
2.2.6. Prazo mínimo para nova remoção	208
2.2.7. Prazo para desistência de pedido de remoção	209
2.2.8. Restrição às vagas ofertadas	210
2.2.9. O interesse da Administração nas remoções de juízes	210
2.3. Remoção por antiguidade	213
2.4. Remoção por merecimento	216
2.4.1. Questões gerais.....	216
2.4.2. Inaplicabilidade da remoção por merecimento fora da Justiça Es- tadual.....	219
2.5. Permuta.....	222
3. Temas comuns à remoção e à promoção.....	223
4. Progressão na carreira: promoção e acesso.....	226
4.1. Questões gerais.....	226
4.1.1. Terminologia: promoção e acesso	226
4.1.2. A promoção nos vários ramos do Poder Judiciário.....	227
4.1.3. Facultatividade da promoção	227
4.1.4. Regressão na carreira e promoção em caráter precário	229
4.1.5. Reserva de vagas para deficientes físicos	230
4.1.6. Vedações à promoção.....	230
4.1.7. Sistemática geral das promoções	232
4.2. Promoção por merecimento.....	233

4.2.1. Requisitos para a promoção	233
4.2.2. Lista tríplice	240
4.2.3. Critérios para aferição do merecimento	243
4.3. Promoção por antiguidade	250
4.3.1. Apuração da antiguidade e critérios de desempate.....	250
4.3.2. Impugnação à lista.....	252
4.3.3. Recusa à promoção do juiz mais antigo.....	253
4.3.4. Abertura de processo disciplinar contra o juiz rejeitado para pro- moção	254

Capítulo V

Autonomia do Poder Judiciário e organização dos tribunais

1. Introdução	257
2. Autonomia financeira do Poder Judiciário	258
3. Autonomia administrativa do Poder Judiciário	260
4. Organização da estrutura judiciária.....	261
4.1. A autonomia da Justiça Estadual e as normas da LOMAN.....	261
4.2. A organização judiciária	264
5. Organização interna dos tribunais.....	267
5.1. Estrutura geral dos tribunais	267
5.2. Órgão especial.....	269
5.3. Presidência e vice-presidência.....	271
5.4. Corregedoria	273
5.4.1. O corregedor	273
5.4.2. Juizes auxiliares da corregedoria.....	275
5.4.3. As correições e os limites de atuação da corregedoria	276
5.5. Conselho da Magistratura.....	278
5.6. Eleição para os cargos de direção	280
5.7. Atuação no tribunal de magistrado pertencente à instância inferior.....	286
5.7.1. Juiz substituto em segundo grau.....	286
5.7.2. Substituição temporária nos tribunais	288
5.7.3. Auxílio temporário nos tribunais.....	292
6. Competências privativas dos tribunais.....	292
7. Mutirões para realização de audiências e julgamento de processos	294
8. O plantão permanente das atividades judiciárias	295
9. A vedação ao nepotismo no Poder Judiciário.....	300

Capítulo VI**Garantias, prerrogativas, vedações e deveres**

1. Garantias funcionais ao exercício da Magistratura	303
1.1. Introdução.....	303
1.2. Vitaliciedade	305
1.3. Inamovibilidade.....	305
1.3.1. A regra e as exceções.....	305
1.3.2. A inamovibilidade nos casos de disponibilidade e aposentadoria com- pulsória.....	307
1.3.3. Inamovibilidade de juízes substitutos	308
1.3.4. Atuação em uma mesma localidade ou tribunal de juízes com grau de parentesco entre si.....	310
1.4. Irredutibilidade de subsídio	311
1.5. Segurança.....	313
2. Prerrogativas do magistrado	317
2.1. Juiz como testemunha.....	317
2.2. Prisão apenas com ordem escrita do tribunal.....	319
2.3. Prisão em cela especial ou sala de Estado-Maior	320
2.4. Intimações e notificações de autoridades administrativas	322
2.5. Porte de arma para defesa pessoal.....	322
2.6. Investigação apenas por meio de inquérito judicial.....	324
3. Vedações aos magistrados	326
3.1. Introdução.....	326
3.2. A exclusividade da função	327
3.2.1. Questões gerais.....	327
3.2.2. Exercício do magistério	331
3.3. Recebimento de custas ou participação em processo	333
3.4. Atividade político-partidária	333
3.5. Recebimento de auxílio-financeiro	334
3.6. Quarentena após exoneração ou aposentadoria.....	337
3.7. Atividades comerciais e empresariais.....	339
3.8. Opinião e juízo depreciativo sobre processos	340
3.8.1. Vedações.....	340
3.8.2. Exceções	343
3.9. Participação em eventos patrocinados	343

4. Deveres do magistrado	344
4.1. Introdução.....	344
4.2. Independência, serenidade e exatidão	345
4.3. Agilidade na prestação jurisdicional.....	348
4.4. A postura do juiz no trabalho.....	352
4.4.1. Dever de tratamento com cortesia e urbanidade	352
4.4.2. O atendimento às pessoas e profissionais que procuram o juiz.....	353
4.4.3. A vestimenta do magistrado	355
4.5. Residência na comarca	355
4.6. Assiduidade.....	357
4.7. Controle sobre custas e emolumentos.....	358
4.8. Fiscalização sobre os subordinados	358
4.9. Conduta pessoal do magistrado.....	359

Capítulo VII

Sistema remuneratório, férias, licenças e afastamentos

1. Escalonamento constitucional da remuneração.....	361
2. O regime de subsídios	362
2.1. Subsídios, trabalho ordinário e trabalho extraordinário	362
2.2. Verbas indenizatórias	365
3. A simetria constitucional com o Ministério Público	366
3.1. A decisão do CNJ	366
3.2. A Resolução CNJ n. 133/2011	371
3.3. A simetria e o julgamento da ADI 4822 pelo STF	372
4. O teto remuneratório constitucional	373
5. A normatização do CNJ sobre a remuneração de juízes	375
6. Verbas em espécie	376
6.1. Introdução.....	376
6.2. Subsídio.....	377
6.3. Verbas previstas em leis da magistratura.....	377
6.3.1. Abono de permanência em serviço.....	377
6.3.2. Abonos diversos.....	378
6.3.3. Adicional de chefia, de função comissionada ou por tempo de serviço	379
6.3.4. Adicional de férias	381
6.3.5. Ajuda de custo para mudança e transporte.....	382

6.3.6. Assistência à saúde	389
6.3.7. Auxílio-alimentação.....	391
6.3.8. Auxílio-creche e auxílio pré-escolar	395
6.3.9. Auxílio-funeral	396
6.3.10. Auxílio-moradia	397
6.3.11. Banca examinadora de concurso.....	402
6.3.12. Bolsa de estudo, ajuda de custo para capacitação profissional e custeio de livros	403
6.3.13. Comissões e grupos de trabalho	405
6.3.14. Coordenação de juizados	405
6.3.15. Cumulação de jurisdições	405
6.3.16. Decanato	406
6.3.17. Décimo terceiro salário	406
6.3.18. Despesas relativas ao exercício funcional.....	407
6.3.19. Diárias	408
6.3.20. Diferença de entrância e substituições	410
6.3.21. Direção de escola da magistratura	411
6.3.22. Direção de órgãos internos dos tribunais.....	411
6.3.23. Direção de tribunal ou de foro	413
6.3.24. Disque Judiciário	415
6.3.25. Férias não gozadas indenizadas	415
6.3.26. Funções gratificadas	417
6.3.27. Gratificação pelo efetivo exercício em localidade de difícil provi- mento	417
6.3.28. Horas extras	420
6.3.29. Indenização de transporte	421
6.3.30. Juiz auxiliar	421
6.3.31. Juiz regional de menores	421
6.3.32. Juizados Especiais e Turmas Recursais	422
6.3.33. Justiça Eleitoral	423
6.3.34. Magistério fora do âmbito do Poder Judiciário	423
6.3.35. Magistério no âmbito do Poder Público	424
6.3.36. Ouvidor	424
6.3.37. Participação em órgãos internos dos tribunais.....	425
6.3.38. Plantão judicial	427
6.3.39. Prêmios	429

6.3.40. Salário-família	429
6.3.41. Vantagens de qualquer natureza.....	429
6.3.42. Verbas de representação.....	430
7. Férias	430
7.1. Férias coletivas	430
7.2. Férias individuais.....	431
8. Licenças e afastamentos	436
8.1. Licença para tratamento de saúde	436
8.2. Licença por motivo de doença em pessoa da família	437
8.3. Licença-maternidade e aleitamento	438
8.4. Licença-adotante	439
8.5. Licença-paternidade	440
8.6. Licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro.....	440
8.7. Licença para tratar de interesses particulares.....	441
8.8. Licença-prêmio	443
8.9. Afastamento em virtude de casamento.....	444
8.10. Afastamento em virtude de morte na família.....	444
8.11. Afastamento para estudo ou ensino.....	445
8.12. Afastamento para atuar na Justiça Eleitoral	448
8.13. Afastamento para participar de associações de classe.....	449
8.14. Afastamento para encontros ou congressos de classe.....	450
8.15. Afastamento para missão oficial no exterior	450
8.16. Licenças e afastamentos não previstos para os juízes	451
8.17. Inexigibilidade de autorização para afastamento em período de descanso.	452

Capítulo VIII

Regime Disciplinar da Magistratura

1. Introdução	453
2. Regime disciplinar e garantias da magistratura	454
2.1. A vitaliciedade.....	454
2.1.1. A importância da garantia da vitaliciedade.....	454
2.1.2. Vitaliciedade e a perda da nacionalidade ou dos direitos políticos ..	457
2.2. Imunidade quanto ao teor das decisões: linguagem imprópria e excesso de linguagem	459
3. Os limites da atividade censória.....	462

3.1. Preservação da dignidade.....	462
3.2. Preservação da independência.....	464
4. A atuação do CNJ e dos demais conselhos na esfera disciplinar	464
4.1. Conselho Nacional de Justiça	464
4.2. Conselho da Justiça Federal.....	471
4.3. Conselho Superior da Justiça do Trabalho.....	476
4.4. Conselho Nacional da Magistratura	476
5. Penas aplicáveis aos magistrados na esfera administrativa	477
5.1. Advertência.....	477
5.2. Censura	480
5.3. Remoção compulsória	482
5.3.1. Características e cabimento da pena.....	482
5.3.2. A decisão sobre a nova lotação do magistrado punido	485
5.3.3. Remoção compulsória de juiz que sofre ameaças.....	486
5.4. Disponibilidade.....	487
5.5. Aposentadoria compulsória.....	491
5.5.1. Considerações gerais.....	491
5.5.2. Cassação judicial de aposentadoria compulsória	493
5.6. Demissão e exoneração de magistrado não vitalício: aspecto material	493
5.7. Outras penas administrativas.....	495
6. Prescrição das penas	496
6.1. Prazo prescricional	496
6.1.1. A prescrição e o silêncio da LOMAN quanto ao tema.....	496
6.1.2. Prescrição da pena de advertência	498
6.1.3. Prescrição da pena de censura.....	499
6.1.4. Prescrição da pena de remoção compulsória.....	499
6.1.5. Prescrição da pena de disponibilidade.....	500
6.1.6. Prescrição da pena de aposentadoria compulsória	500
6.1.7. Prescrição das infrações que também configurem crime	501
6.2. Início, interrupção e prescrição em perspectiva	501
7. Processo administrativo disciplinar	505
7.1. A publicidade restrita do processo disciplinar	505
7.2. Investigação preliminar.....	507
7.3. Sindicância.....	511
7.4. O CNJ e a reclamação disciplinar	514

7.5. Trancamento de apuração preliminar, sindicância ou PAD.....	515
7.6. Procedimento para as penas de advertência e censura.....	517
7.7. Procedimento para a aplicação de penas administrativas	518
7.7.1. Introdução.....	518
7.7.2. Denúncias anônimas	519
7.7.3. Provocação para o início do processo disciplinar	520
7.7.4. A fase prévia à instauração do processo	521
7.7.5. Competência para instauração e julgamento do processo disciplinar..	526
7.7.6. A sessão de julgamento da instauração	528
7.7.7. O afastamento provisório do magistrado.....	534
7.7.8. Designação cautelar do magistrado para atuar em outro juízo	539
7.7.9. A instrução processual.....	539
7.7.10. Descoberta de fatos que configuram crime.....	550
7.7.11. Recursos contra decisões interlocutórias.....	551
7.7.12. Revelia	552
7.7.13. Julgamento do processo disciplinar	553
7.7.14. Trânsito em julgado administrativo e aplicação da pena.....	558
7.7.15. Demissão e exoneração de magistrado não vitalício: aspecto pro- cessual	561
8. Processo disciplinar: revisão e duplo grau de jurisdição	562
9. Procedimentos administrativos no âmbito do CNJ	565
9.1. Introdução.....	565
9.2. Tramitação dos procedimentos junto ao CNJ.....	566
9.3. Procedimentos específicos	571
9.3.1. Avocação.....	571
9.3.2. Consulta	574
9.3.3. Correição	575
9.3.4. Inspeção	576
9.3.5. Pedido de providências.....	577
9.3.6. Procedimento de controle administrativo.....	577
9.3.7. Processo administrativo disciplinar.....	581
9.3.8. Reclamação disciplinar	581
9.3.9. Representação por excesso de prazo.....	582
9.3.10. Revisão disciplinar.....	584
9.3.11. Sindicância	591

9.3.12. Reclamação para garantia de decisões	593
9.4. Representações abusivas e resguardo da imagem do juiz.....	593
10. Exoneração e aposentadoria voluntária no curso do PAD	595
11. Julgamento e penalização dos conselheiros do CNJ	598
12. Julgamento e penalização dos ministros do STF	599
13. Revisão judicial de processos administrativos disciplinares.....	603

Capítulo IX

Penalização judicial de magistrados

1. Ações judiciais que podem levar à perda do cargo	605
1.1. Ação penal comum.....	605
1.1.1. Introdução.....	605
1.1.2. Legitimidade ativa	607
1.1.3. Foro especial nas ações criminais	607
1.1.4. Inquérito judicial e ação penal	610
1.1.5. Manifestação prévia do tribunal para demissão por sentença criminal.	614
1.2. Ação por crime de responsabilidade	615
1.3. Improbidade administrativa	616
1.4. Abuso de autoridade.....	619
2. Cassação judicial da aposentadoria	621
2.1. Noções gerais	621
2.2. Procedimento.....	623
2.3. Magistrado que já preenchia os requisitos para aposentadoria voluntária quando punido	624
3. Afastamento preventivo em ação criminal	628
4. Concomitância de processos ou instâncias.....	629

Capítulo X

Responsabilidade civil dos magistrados

1. Considerações gerais acerca da responsabilidade civil	631
2. Livre convicção e responsabilidade civil.....	633
3. Execução defeituosa da atividade jurisdicional	633
4. Procedimento: legitimidade passiva	634

Capítulo XI

Regime previdenciário

1. Aposentadoria voluntária.....	635
1.1. Introdução.....	635
1.2. Inconstitucionalidade formal da EC n. 20/98.....	636
1.3. Regra para aposentadoria de acordo com a EC n. 20/98.....	639
2. Regras de transição no regime previdenciário.....	642
2.1. Observação inicial	642
2.2. Período anterior à EC n. 20/98: acréscimo de 17% ao tempo de serviço ...	643
2.3. Regras de transição.....	645
2.4. Posse na magistratura de ex-servidor que ingressou no serviço público antes das alterações no regime previdenciário.....	647
2.5. Utilização de licença-prêmio na contagem do tempo para aposentadoria .	648
3. Aposentadoria para magistrados portadores de deficiências	649
4. Aposentadoria compulsória pela idade	649
5. Aposentadoria por invalidez.....	651
6. Pensão por morte.....	654
7. Previdência complementar: FUNPRESP-JUD	656
Referências	659